



## Da formação socioeconômica à formação territorial: as reivindicações epistemológicas do sul global enquanto necessidade metodológica para a análise social

João Francisco de Oliveira Neto<sup>1</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4176-9142>

Ivair Gomes<sup>2</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5897-5084>

Arlon Cândido Ferreira<sup>3</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0075-7989>

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil\*

<sup>2</sup> Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei/MG, Brasil\*\*

<sup>3</sup> Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei/MG, Brasil\*\*\*

*Artigo recebido em 26/03/2024 e aceito em 15/12/2024*

### RESUMO

A análise das formações, no âmbito das ciências humanas, é confrontada com uma complexa dinâmica social, o que requer constantes redefinições operacionais para o diagnóstico das práticas insurgentes que a compõem. Nesse sentido, torna-se pertinente investigar a formulação epistemológica da formação territorial, com ênfase nos trunfos operacionais que guiaram sua constituição enquanto categoria de análise geográfica capaz de embarcar uma amplitude de acepções no campo da prática política. Metodologicamente, nosso ponto é de que o recurso da ideia de formação consiste em um fio condutor epistemológico que permite sistematizar o refinamento do território enquanto categoria social de análise, pois oferece uma síntese histórica de sua operacionalidade enquanto tal. Assim, o texto oferece uma revisão bibliográfica que parte da teoria da formação socioeconômica que, perpassada pela formação socioespacial, se refinou como uma categoria chave para a investigação das contradições implicadas na realidade social. É a ideia da formação, e a totalidade de usos que a conformam, recurso que permite agregar à categoria do território, os avanços epistemológicos da teoria crítica. Não obstante, nutrida por práticas políticas insurgentes, o território oferece aos estudos das formações, alternativas críticas e propositivas que partem de r-existências situadas, responsáveis pelo emergir de uma outra ordem espacial centrada na reprodução da vida em seu amplo sentido.

**Palavras-chave:** formação territorial; categoria de análise; geografia; Milton Santos; epistemologia.

\* Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: [chicocontac@gmail.com](mailto:chicocontac@gmail.com)

\*\* Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: [ivair@ufsj.edu.br](mailto:ivair@ufsj.edu.br)

\*\*\* Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: [arlon@ufsj.edu.br](mailto:arlon@ufsj.edu.br)

## **From the socioeconomic formation of territorial formation: the epistemological claims of the global south as a methodological need for social analysis**

### **ABSTRACT**

The analysis of formations, within the scope of the human sciences, is confronted with a complex social dynamic, which requires constant operational redefinitions to diagnose the insurgent practices that comprise it. In this sense, it becomes pertinent to investigate the epistemological formulation of territorial formation, with emphasis on the operational advantages that guided its constitution as a category of geographic analysis capable of embracing a wide range of meanings in the field of political practice. Methodologically, our point is that the resource of the idea of formation consists of an epistemological thread that allows us to systematize the refinement of the territory as a social category of analysis since it offers a historical synthesis of its operability as such. Thus, the text offers a bibliographical review that starts from the theory of socioeconomic formation that, permeated by socio-spatial formation, has been refined as a key category for the investigation of the contradictions implied in social reality. It is the idea of formation and the totality of uses that conform to it, a resource that allows us to add to the category of territory the epistemological advances of critical theory. Nevertheless, nourished by insurgent political practices, the territory offers studies of formations and critical and propositional alternatives that start from situated re-existences, responsible for the emergence of another spatial order centered on the reproduction of life in its broadest sense.

**Keywords:** territorial formation; category of analysis; geography; Milton Santos; epistemology.

## **De la formación socioeconómica a la formación territorial: las reclamaciones epistemológicas del sur global como necesidad metodológica del análisis social**

### **RESUMEN**

El análisis de la formación, en el ámbito de las ciencias humanas, se enfrenta a una dinámica social compleja, que requiere constantes redefiniciones operativas para diagnosticar las prácticas insurgentes que la componen. En este sentido, resulta pertinente investigar la formulación epistemológica de la formación territorial, con énfasis en las fortalezas operativas que guiaron su constitución como una categoría de análisis geográfico capaz de abarcar una gama de significados en el campo de la práctica política. Metodológicamente, nuestro punto es que el recurso de la idea de formación consiste en un hilo conductor epistemológico que permite sistematizar el refinamiento del territorio como categoría social de análisis, en tanto ofrece una síntesis histórica de su operatividad como tal. Así, el texto ofrece una revisión bibliográfica que parte de la teoría de la formación socioeconómica que, permeada por la formación socio espacial, se ha ido perfilando como una categoría clave para investigar las contradicciones involucradas en la realidad social. Es la idea de formación, y la totalidad de usos que la configuran, un recurso que permite sumar a la categoría de territorio los avances epistemológicos de la teoría crítica. Sin embargo, nutrido de prácticas políticas insurgentes, el territorio ofrece estudios de formaciones, alternativas críticas y proposicionales que parten de r-existencias situadas, responsables del surgimiento de otro orden espacial centrado en la reproducción de la vida en su sentido más amplio.

**Palabra clave:** formación territorial; categoría de análisis; geografía; Milton Santos; epistemología.

## **INTRODUÇÃO**

A formação territorial é, por excelência, uma categoria de análise para os estudos geográficos, mas que tem ganhado relevo entre as ciências humanas de modo geral. Essa difusão científica do território se deriva em grande parte de sua incorporação no vocabulário de movimentos sociais, antes basicamente exclusivo a escala nacional (Santos, 1994; Porto-Gonçalves, 2015; Haesbaert, 2021). De fato, a formação territorial enquanto categoria analítica tem permitido uma abertura para o diálogo entre diferentes campos disciplinares e práticas políticas insurgentes na contemporaneidade, o que certamente deve ser alargado. Contudo, esse movimento deve ser acompanhado de uma exaustiva atenção epistemológica, de modo a evitar sua banalização e vulgarização, e assim perder seu potencial explicativo da realidade social.

Desse modo, o conceito de território, ou mesmo sua operacionalidade enquanto categoria de análise, tomam hoje proporções que carecem de uma grande atenção epistemológica. Nesse aspecto, a geografia não só pode, mas deve assumir seu compromisso em oferecer um sistema teórico coerente que abarque o grande espectro de sentidos atribuídos ao território ultimamente, o que não é uma tarefa fácil. Dentre os principais obstáculos, a dificuldade do pensamento moderno em superar dicotomias, como tempo/espaço, sociedade/natureza e teoria/prática, resulta em uma grande simplificação e estagnação da ideia de território (Haesbaert, 2021). Por outro lado, a velocidade com que novos sentidos se manifestam via prática sociais tensionam de maneira significativa e significada as dinâmicas de formação dos territórios (Porto-Gonçalves, 2015).

Por expressar a unidade e a totalidade, bem como as continuidades e descontinuidades de uma sociedade historicamente determinada, o estudo das formações, aplicado à realidade social, abrange distintos pontos de partida analíticos (Moraes, 2014). De acordo com Machado (2016), apenas no Brasil, encontram-se trabalhos acerca das formações. Entre eles, destacam-se: “Formação do Brasil Contemporâneo” (Prado Junior, 2011); “Formação Econômica do Brasil” (Furtado, 2020); “Formação da Literatura Brasileira” (Candido, 1964); “Formação Histórica do Brasil” (Sodré, 1979); “Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal” (Freyre, 2019); “O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil” (Ribeiro, 2015); Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro” (Faoro, 2021); “Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI” (Moraes, 2000).

Essa grande preocupação com as formações no âmbito das ciências humanas ressoa nos debates contemporâneos do território e esclarece os esforços e deslizes epistemológicos anteriores, dos quais permitiram sua legitimidade enquanto uma categoria analítica hábil em dissolver dicotomias como tempo-espaço,

sociedade-natureza e teoria-prática. Assim, buscando compreender a disseminação da formação territorial (Santos, 1994; Porto-Gonçalves, 2015; Haesbaert, 2021) como categoria analítica, conferir suas potencialidades e evitar suas armadilhas operacionais, propomos uma revisão bibliográfica a partir da formação socioeconômica (Marx, 2015; Sereni, 2013), que, perpassada pela formação socioespacial (Santos, 1978), se refinou como uma categoria chave para a investigação das contradições implicadas na realidade social (Porto-Gonçalves, 2015; Haesbaert, 2021)

Sereni (2013), ao rever a categoria de formação socioeconômica em Marx (2015), detectou um deslize em interpretações marxistas da segunda internacional, que priorizaram conceitos mais abstratos, principalmente da categoria de “modos de produção”. Segundo o autor, a unicidade da dimensão histórica propiciada pelos modos de produção dificultou a compreensão da complexidade social em sua realidade concreta. É nesse sentido que Santos (1978, p. 88) formula o conceito de formação socioespacial para esclarecer que, enquanto “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”. Em diálogo com a obra de M. Santos, estudos como o de Porto-Gonçalves (2015) e Haesbaert (2021) reforçam a relevância da geografia nos estudos sociais e mostram grandes possibilidades epistemológicas da formação territorial como categoria analítica. Logo, o aumento do repertório teórico-operacional do território surge de um esforço histórico da geografia em afirmar a coação do espaço na organização social, perspectiva que, assim como em Santos, nega o espaço como “simples tela de fundo inerte e neutra” (Santos, 1978, p. 12).

Metodologicamente, nosso ponto é de que o recurso da ideia de formação consiste em um fio condutor epistemológico que permite sistematizar o refinamento do território enquanto categoria social de análise, pois oferece uma síntese histórica de sua operacionalidade enquanto tal. Assim, as discussões seguintes estão divididas em três partes: primeiramente, tratamos da forma superficial como as possibilidades de análise presentes na formação socioeconômica foram reduzidas ao economicismo e os esforços de Santos (1978) e Sereni (2013) para resgatá-las. Em seguida, apontamos a importância do território como uma das principais categorias nos estudos de M. Santos e sua ligação com a postura terceiro-mundista do autor. A terceira parte é a análise de trabalhos de R. Haesbaert e C. W. Porto-Gonçalves, autores que revisam a obra de M. Santos ao enfocarem nas possibilidades epistemológicas da formação territorial em sua aproximação com o léxico político criado pelas lutas por território na América Latina.

A ideia com essa discussão é apresentar uma historicidade conceitual das formações sociais enquanto caminho teórico decisivo para a validação da formação territorial como categoria analítica, contribuir para a dessalinização das territorialidades insurgentes nos diagnósticos territoriais contemporâneos, além de apontar as consequências das concepções dicotômicas e estáticas da realidade social. Não obstante, espera-se oferecer

discussões que contribuam, de maneira didática, para a compreensão crítica e propositiva do território entre pesquisadores que não estão habituados ao debate em sua devida profundidade.

### **DA FORMA SOCIAL À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL:**

Primeira grande contribuição para os estudos das formações sob uma perspectiva histórica-social que analisamos é a sistematização da categoria de formação socioeconômica nas obras de Marx. Apesar do termo forma social ter aparecido em 1846 com a publicação de “A Ideologia Alemã” (Marx e Engels, 2007), é no prefácio de “Contribuição à crítica da Economia Política” (Marx, 2015), publicado originalmente em 1867, que o revolucionário alemão desenvolve a categoria ao concebê-la como uma estratificação social do acúmulo progressivo e não linear de diferentes épocas históricas em determinada sociedade (Marx apud Sereni, 2013),

A ideia de formação socioeconômica surge em Marx como um processo histórico-natural dinâmico de sobreposição das marcas que caracterizam uma época histórica (Sereni, 2013). Como elucida Sereni (2013), a troca de forma para formação mostra a preocupação de Marx com a importância do caráter dinâmico da sociedade, o que não se estende automaticamente a toda teoria crítica. De acordo com Lênin, a crítica à Economia Política de Marx, como o título sugere, não se limitou à descrição das formações sociais somente pela teoria das forças produtivas, transgressão não alcançada por Kautsky e outros expoentes da Segunda Internacional Marxista. Esse erro, denominado economicismo por Lenin, minou a dinâmica histórico-natural das concepções de formação socioeconômica (Lênin apud Sereni, 2013).

O economicismo, do qual trata de maneira abstrata os processos históricos-naturais, expressando-os unicamente pela teoria das forças produtivas, concentrou o debate na acepção da formação socioeconômica como sinônimo de modos de produção (Sereni, 2013). Atento a evitá-lo, Lênin preocupou com os desafios de uma nova formação socioeconômica socialista e suas dificuldades gerenciais, reconhecendo a densidade da categoria marxista para a análise explicativa de conjunturas sociais em sua totalidade concreta, manifestação de distintas instâncias da vida social (política, econômica, social e cultural) em suas continuidades e descontinuidades (Lênin apud Sereni, 2013).

Diferente da categoria de modos de produção, que à primeira instância não localiza, mas generaliza a história social mediante modelos universais de produção, a formação social se dá mediante a concretização dos processos históricos de uma sociedade específica, logo, em um espaço específico (Santos, 1978; Silveira, 2014). É nesse sentido que, apesar de olvidada entre correntes mais ortodoxas do marxismo, a formação social enquanto categoria distinta dos modos de produção, emerge enquanto uma necessidade metodológica para aqueles que,

como Lênin, estavam empenhados em promover intervenções concretas rumo a transição socialista em seus respectivos Estados. Sua adjetivação econômica, expressa na categoria de formação econômica-social, oferece um recurso explicativo que destaca a influência do modo de produção capitalista em formações sociais específicas, mas não como se fora a totalidade das determinações que a conformam (Silveira, 2014).

A distinção entre modo de produção e formação social, sem se desconsiderar sua adjetivação econômica-social, está justamente na concreticidade que a segunda pode oferecer ao materialismo histórico dialético (Sereni, 2013; Santos, 1978; Silveira, 2014). Como comenta Santos (1978), o modo de produção seria uma possibilidade de realização, um gênero que pode ou não se concretizar de maneira mais ou menos perfeita. Uma categoria abstrata, ainda importante para o exercício totalizador da realidade social, porém com limitações epistemológicas se não dialetizadas com a realidade concreta de uma sociedade historicamente determinada.

Por outro lado, a formação social seria equivalente a uma espécie, uma possibilidade realizada em suas continuidades e descontinuidades resultantes de um movimento histórico desigual (Santos, 1978). Para o autor, enquanto os modos de produção escrevem a história no tempo, conceito que oferece ferramentas teóricas para o exercício de abstração necessário a compreensão das forças hegemônicas que se impõem em um processo universalizante do capitalismo, a formação social escreve a história no espaço, manifestando enquanto totalidade concreta (Santos, 1978).

A modo de síntese, enquanto totalidade abstrata, os modos de produção se realizam na totalidade concreta, sendo a formação social (Santos, 1978). Esta, dotada de uma base territorial historicamente determinada, manifesta-se pela concreticidade do espaço mediante a combinação de antigos e novos modos de produção, um híbrido de formas e conteúdos dotado de movimentos solidários e contraditórios (Santos, 1994; Silveira, 2008). Santos (1978), ao apontar as considerações de Sereni como pioneiras no resgate da categoria na segunda metade do século XX, incluiu a dimensão espacial como inerente à formação socioeconômica, redefinindo-a como formação socioespacial. Tal reivindicação do espaço na teoria de Santos (1978), como posição metodologicamente privilegiada nas análises das formações socioeconômicas, radicalizou sua diferenciação com os modos de produção, já denunciada em Sereni (2013).

Cabe destacar que Marx não considerou o espaço dentre sua listagem de instâncias sociais, o que reverberou em seu papel secundário em boa parte da teórica crítica (Santos, 1978; Silveira, 2014). Não obstante, tal perspectiva se expandiu concomitantemente ao processo de globalização, precipitadamente concebido pela modernidade, enquanto superação do espaço pelo tempo, simultaneidade que corroborou para o distanciamento

de uma teoria crítica comprometida com as dimensões espaciais da história, como bem demonstra o hiato conceitual da categoria de formação socioespacial (Sereni, 2013; Santos, 1978).

Contudo, enquanto necessidade metodológica, o reconhecimento da relevância das constituintes espaciais, explícita ou implicitamente atrelada à categoria de formação socioeconômica, tornou-se crucial para compreender a complexidade da sociedade globalizada (Silveira, 2014). Além de ensejar as denúncias de Sereni (2013), a formulação da categoria de formação socioespacial (Santos, 1978) oferece uma contribuição original à teoria crítica, visto que a adjetivação econômico-social, embora útil, não fornece a substantivação da formação social no grau de concreticidade oferecida pela abordagem socioespacial (Silveira, 2014). Segundo Santos (1978):

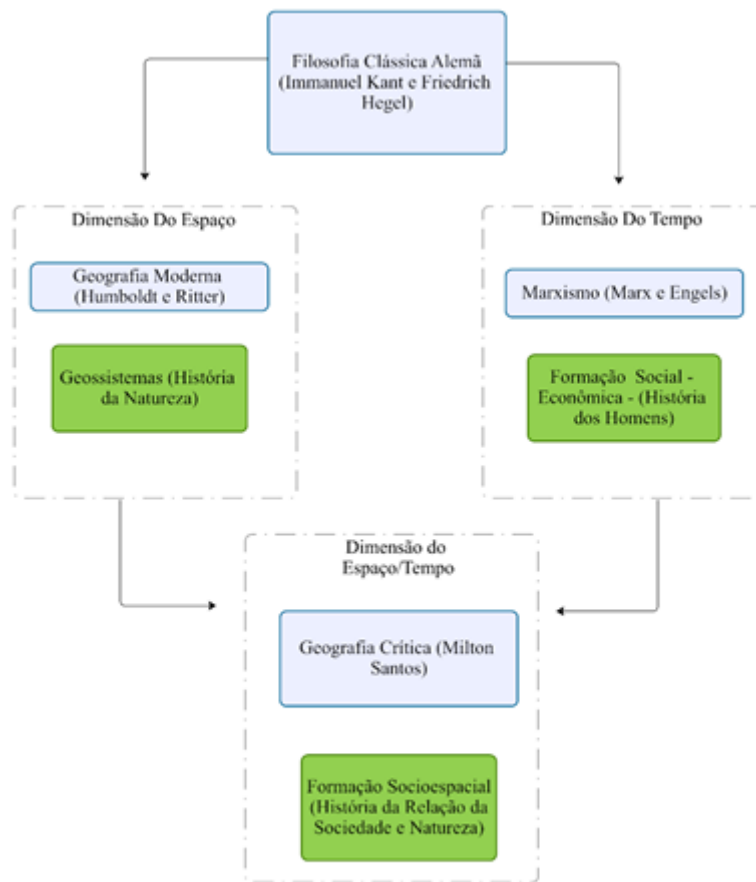
A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, na maioria, função das condições existentes no momento. De fato, o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutra” (Santos, 1978, p. 89).

O espaço não é uma tela de fundo, mas produto e produtor da história das sociedades (Santo, 1978), cuja sobreposição de suas marcas, de forma contínua ou intermitente, se traduz em condições de existência das formações sociais. Essa ligação metabólica que rompe com perspectivas dicotômicas entre espaço e tempo, e por extensão, de natureza e sociedade, nos permite afirmar que a sociedade não está, mas sim é espaço (Santos, 1978):

Como pudemos esquecer por tanto tempo a inseparabilidade das realidades e das nações de sociedade e de espaço inerente à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata (Santos, 1978, p. 93).

São essas considerações, segundo Mamigonian (1996, p. 1), “o marco fundamental da renovação da geografia humana atual”. Ao estudar o relacionamento da geografia com a teoria marxista, Mamigonian (1996) atribui a Santos (1978) o feito de reaproximá-las depois de um longo período de hiato. Para o autor, a institucionalização da Geografia e do Marxismo surgiria de origens comuns, ambas em um contexto de integração do Estado-Nação alemão na primeira metade do século XIX. Tal observação justificaria semelhanças epistemológicas anteriores ao que é considerado como geografia crítica propriamente dita.

**Figura 1** – Fluxograma síntese de Mamigonian (1996): o Elo Perdido da Sociedade/Natureza na Teoria Marxista.



Além de uma nova abordagem teórica para Mamigonian (1996), Santos (1978) seria responsável por reatar o elo perdido entre sociedade e natureza na teoria marxista ao perceber que formação social e geografia humana são praticamente iguais. Embora não pareça prudente resumir um debate filosófico de grande data a um único artigo, é inegável os avanços de Santos (1979) na promoção da indissociabilidade entre espaço-tempo e sociedade-natureza. De fato, a formação socioespacial, aprofundou a compreensão das dinâmicas sociais em sua totalidade concreta, um híbrido que, dentre outras contribuições, oferece um arcabouço teórico-conceitual para a formulação de uma abordagem territorial a partir das experiências empíricas da realidade latino-americana

## **DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL À FORMAÇÃO TERRITORIAL:**

O elo reajustado por Santos (1978) com a categoria de formação socioespacial provocou uma dupla renovação entre a geografia humana e os estudos da formação social. Concomitantemente, aos poucos, o conceito de território nas obras do autor foi se tornando mais abrangente, passando de uma perspectiva predominantemente atrelada aos Estados-Nações para uma compreensão crescente de suas feições transescalares (Moraes, 2013). Considerações que pretendemos destacar como relacional, as potencialidades epistemológicas da formação socioespacial e a elaboração de uma abordagem territorial a partir de experiências empíricas das práticas políticas latino-americanas se interagiram de maneira fecunda, delineando fundamentações teórico-metodológicas promotoras de um “giro territorial” nas ciências humanas.

As noções modernas de território são um grande testemunho da insistência da modernidade em trabalhar com conceitos puros e dicotomizados (Santos, 1994; Latour, 1994; Silveira, 2008). Em seu sentido mais puro, aquele vinculado ao Estado-Nação, o território e todo o sistema de normas e ações que o fundamentaram, foram historicamente naturalizados e fixados mediante uma série de mecanismos militares, administrativos e ideológicos. Uma epistemologia instrumentalizada em prol do controle e fragmentação da sociedade moldou as concepções de território de modo a legitimar uma estrutura social universal, embora eurocêntrica (Grosfoguel, 2008).

Cabe salientar que a proposta pós-estruturalista, que se firma no pensamento geográfico anglo-saxão, foi responsável pelo giro espacial nas ciências humanas, o que contribuiu significativamente para a dissolução das estruturas do pensamento moderno. Contudo, frequentemente assumida por perspectivas pós-modernas, demasiadas, fluidas e desenraizadas, o giro espacial ressoou em incongruências epistemológicas derivadas da sobrevalorização da dimensão espacial em detrimento do tempo. Se a modernidade tratou de olvidar o espaço em favor da universalização eurocentrada, a pós-modernidade comete exageros no sentido de uma total fluidez que caminha para o prognóstico de um constante processo de des-territorialização (Haesbaert, 2021).

Fixação e fluidez, fechamento e abertura, estrutura e processo, são pares dialéticos dos quais perspectivas dicotômicas proporciona visões incompletas da totalidade social. O desafio é a formulação de uma coerência epistemológica que consiga abarcar todo um espectro de representações e práticas de poder, capaz de conceber a força insurgente incumbida da transformação social, mas sem que menospreze a potência reificadora do poder hegemônica. No âmbito socioespacial, tal empreendimento epistemológico se depara, sobretudo em países de herança colonial, com uma formação extremamente híbrida e contraditória (Latour, 1994). Como reivindica Haesbaert (2021, p. 59), “isso requer que se fale, antes de giro espacial, de um giro territorial”.

Calcado na experiência subalterna de países do sul global, embora com maiores ênfases no pensamento latino-americano, o giro territorial nas ciências humanas está implicado em uma virada epistemológica diante da negação do pensamento moderno em conceber os híbridos que abriga e paradoxalmente estimula (Latour, 1994). De acordo com Menezes (2012), entende-se como sul global:

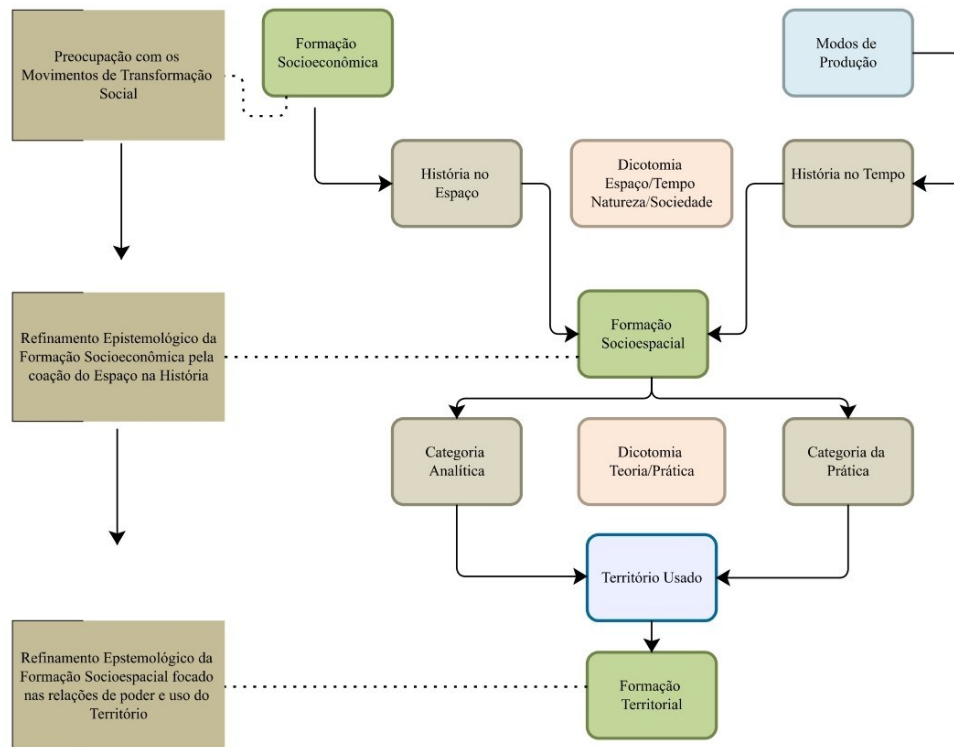
uma metáfora da exploração e exclusão social, agregando lutas por projetos alternativos de transformação social e política. A expressão sul global tem sido crescentemente usada para fazer referência às regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno, anteriormente denominados Terceiro Mundo (Menezes, 2012, p. 199-200).

Inspirado no hibridismo conceitual proposto por Latour (1994), Santos (1994) elabora a categoria de território usado, uma concepção analítica que abarca diversas acepções provenientes de prática política em conforme com as intencionalidades de seus usos, embora sem descuidar das heranças socioespaciais que as coagem como território usado. Não o território (forma), mas o território usado (forma e conteúdo) que consiste em um fato e categoria social de análise que permite verificar os conjuntos de sistemas de normas e sistemas de ações sem cair em rupturas plenas ou concepções puras e incompletas do espaço (Santos, 1994).

... o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com “P” maiúsculo, deve-se torná-lo com território usado (Santos apud Haesbaert, 2021, p. 231).

Nessa perspectiva, os usos se tornam um recurso analítico que, ao destacar ações internacionalizadas, permite injetar movimento nas formas, revelando, a partir de manifestações e representações territoriais, os conteúdos que as conformam historicamente. Trata-se, de fato, de uma teoria das formações territoriais nutrida por práticas políticas insurgentes.

**Figura 2** – A formação territorial como refinamento epistemológico das análises sociais.



Em Santos (1994), o “retorno do território” destaca sua continuidade histórica, no mais amplo sentido, independentemente de sua contemplação, ou não, no âmbito teórico-conceitual. Assim como ocorreu com a formação socioeconômica (Sreni, 2013) e a formação socioespacial (Santos, 1978), o retorno do território entre os debates nas ciências humanas, com ênfase na América Latina, emerge como necessidade metodológica para a compreensão da realidade social em sua concreticidade. Como explica Moraes:

A ideia de retorno utilizada remete tanto à continuidade quanto à necessidade de redefinição que envolveria o conceito na época (Segundo Milton Santos). Continuidade, enquanto o território é uma base constante e necessária da vida social, que se manifesta em todo período da história humana como depositário das condições de existência de qualquer população. Redefinição, pois o uso dessa base territorial depende das relações entabuladas pela sociedade em cada momento (Moraes, 2013, p. 110).

Assim, a necessidade de uma redefinição do território enquanto categoria analítica se deu pela catalisação das relações entabuladas pela sociedade, responsáveis pela emergência das contradições socioespaciais, sobretudo nos contextos de desigualdades do Terceiro-Mundo. De acordo com Haesbaert

(2021), essa ligação entre prática e teoria permitiu, à perspectiva miltoniana, o desenvolvimento de um Terceiro-Mundismo, perspectiva que parte da experiência periférica à compreensão do mundo (Haesbaert, 2021).

## **DA FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA À FORMAÇÃO TERRITORIAL:**

Para Santos (1978), a tradição marxista de estudo das formações, ao ter desconsiderado o espaço enquanto instância social, acabou por reafirmar uma noção dualista entre sociedade e natureza, limitando a apreensão da realidade concreta em sua unidade e totalidade. De fato, a compreensão de uma totalidade concreta nunca se esgota, o que a formação social enquanto categoria de análise pode fazer é dela aproximar-se, oferecendo uma síntese do movimento do mundo (Moraes, 2014; Silveira, 2014). O recurso das adjetivações, como ocorre na formação econômico-social ou na formação sociocultural, foram profícuas por enfatizar o papel de determinações específicas na história social, mas não contribuíram de maneira contundente com a dissolução de dicotomias entre os estudos das formações (Silveira, 2014).

Nosso ponto é de que os estudos das formações nas ciências humanas, principalmente aqueles que partem de uma perspectiva dialética e relativa da totalidade, são, necessariamente, predicativas do espaço tão quanto do tempo. Ou seja, somente com uma noção indissociável do tempo e do espaço é possível avançar na aproximação de uma realidade concreta que se mostra cada vez mais complexa, híbrida e dinâmica. Assim, a formulação teórica da formação socioespacial oferece uma leitura do espaço distinta, não como adjetivo da formação social, mas como condição de sua existência, um espaço substantivo que faz da formação socioespacial uma categoria fecunda para a “superación de dialéticas incompletas como tempo-espaço ou sociedade-natureza” (Silveira, 2014, p. 156).

Ao comprometer-se com a superação de desigualdades e injustiças, epistemológicas ou materiais, os estudos das formações sociais devem enfrentar o legado dicotômico das ciências modernas e o formalismo lógico dela derivado (Lefebvre, 1993), o que envolve não apenas a superação da dualidade entre tempo e espaço, mas também entre sociedade e natureza e entre teoria e prática. Nesse aspecto, perpassada pela categoria da formação socioespacial, a obra de M. Santos oferece um caminho reflexivo da formação socioeconômico à formação territorial. Tal envergadura teórico-conceitual fundamentou uma série de estudos territoriais na América-Latina, sobretudo na tradição geográfica brasileira, embora com grande influência na geografia argentina e venezuelana.

Embora exista uma infinidade de autores associados a perspectiva miltoniana, destaca-se nessa oportunidade, os trabalhos C. W. Porto-Gonçalves e R. Haesbaert, elencados pelas revisões criativas, mas não menos rigorosas, do legado de M. Santos. Enquanto Porto-Gonçalves (2015) enfocou na operacionalidade de categorias, conceitos e noções miltonianas para o estudo de práticas políticas insurgentes, sobretudo no tocante a incorporação do território no léxico político de movimentos sociais, Haesbaert (2021) preocupou-se com as armadilhas analíticas provenientes da rápida difusão de noções de território entre as ciências humanas de modo geral. De certo modo, ambos esforços se tornam complementares para o diagnóstico das potencialidades e desafios epistemológicos da formação territorial enquanto categoria de análise social.

### **Luta pela “vida, dignidade e território” e o léxico político insurgente:**

Em 1990, a Aliança dos Povos da Floresta, movimento transfronteiriço de camponeses e povos indígenas da Amazônia, se mobilizaram em reivindicação pela “Vida, Dignidade e Território”, forte expressão da incorporação do território entre o léxico político insurgente na América-Latina. Porto-Gonçalves (2015) compreende que essa manifestação rebate a legitimidade universal do léxico moderno verbalizado pela Revolução Francesa “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”, por sua vez, lema da democracia liberal fundante dos Estado-Nações ocidentais. Trata-se de uma alternativa concreta ao universalismo eurocentrado, já em marcha pelos movimentos sociais em busca de garantir a sua existência (vida) e reproduzi-la de maneira digna, ambas sustentadas por uma base territorial. O “retorno do território” em Santos (1994) se emergiria, para Porto-Gonçalves (2015), mediante a r-existência dos subalternizados no continente.

Para Porto-Gonçalves (2015, p. 01), a formação social da América-Latina é caracterizada pelo “desafio de emancipação, uma vez que como nos envolvemos no sistema mundo capitalista moderno colonial desde o seu início, em 1492”.

Nosso continente, como vemos, não tem papel qualquer na conformação do sistema mundo capitalista moderno-colonial e, deste modo, temos uma responsabilidade de oferecer uma leitura própria que acreditamos essencial para compreendermos não só a nós próprios, mas a esse sistema mundo que conformamos ainda que na condição de subordinados (Porto-Gonçalves, 2015, p. 2).

A categoria analítica de formação territorial, operada por Porto-Gonçalves (2015), é responsável por oferecer diagnósticos que mostram o protagonismo dos agentes, mesmo que subalternizados, na conformação da realidade social, apontada pelas práticas insurgentes das territorialidades representadas em movimentos sociais. A operacionalidade da categoria analítica de formação territorial em Porto-Gonçalves (2015) é responsável por oferecer diagnósticos que mostram o protagonismo dos agentes, mesmo que subalternizados,

na conformação da realidade social ao enfatizar práticas insurgentes de territorialidades concretizadas em movimentos sociais.

### **Des-re-territorialização e suas armadilhas analíticas**

Similar ao trabalho de Porto-Gonçalves (2015), Haesbaert (2021) se concentra na operacionalidade da formação territorial enquanto categoria analítica. Contudo, segundo o próprio autor, enquanto Porto-Gonçalves tem como foco a superação das diferenças entre as categorias analíticas e práticas do Território, sua proposta é direcionada para buscar um maior rigor teórico-conceitual do Território e uma maior operacionalidade metodológica (Haesbaert, 2021). É importante esclarecer que as duas propostas não se apresentam como contrapostas, mas sim consoantes e complementares.

É com esse intuito de aprofundamento teórico-conceitual do território que Haesbaert (2021), ao se preocupar com os recorrentes tropeços analíticos da categoria, elencou armadilhas relacionadas aos dualismos dicotômicos que ainda pairam em sua operacionalização:

- Território desistoricizado/naturalizado (o “território sem tempo”);
- Território desmaterializado – ou, por outro lado, unicamente material;
- Território analítico [como mera categoria de análise], sem prática;
- Território do poder [apenas] estatal e do território-zona, sem rede.

(Haesbaert, 2021, p. 219).

As armadilhas analíticas mencionadas por Haesbaert (2021) acompanham toda a discussão até aqui exposta, desde a formulação da categoria de formação socioeconômica à de formação territorial. Haesbaert (2021) aponta que a falta de complexidade exigida pela categoria de território tende, na atualidade, a uma análise equivocadamente des-territorializantes. Quando comparada à aparente desmaterialização ou perda da espacialidade nas relações sociais, a des-territorialização contribui para exclusão e invisibilidade territorial, além de bloquear e impedir os processos de re-existência/re-territorialização, quando incompletamente analisadas. Para Haesbaert (2021):

... falar em território é falar de uma dinâmica constante, mas desigual, de des-re-territorialização. Essa dinâmica, entretanto, vem acompanhada sempre, concomitantemente, da construção de limites – o limite (ou fronteira, em uma conotação política) como um dos elementos mais importantes... (Haesbaert, 2021, p. 271).

Em diálogo com Deleuze e Guattari (1995) e Santos (1994), a des-re-territorialização é compreendida por Haesbaert (2021) como um constante processo de agenciamento de construção dos territórios. Influenciado

pelas noções de Agenciamentos Coletivos de Anunciação” e “Agenciamentos maquínicos dos corpos”. (Deleuze e Guatarri, 1995, p. 31). Haesbaert e Bruce (2002) consideram o território como um conjunto de ações reguladoras das relações materiais e simbólicos da sociedade, das quais a capacidade de anunciação é parte integrante dos usos do território.

Para Haesbaert e Bruce (2002) a categoria de formação territorial permite a análise dos agenciamentos maquínicos correspondem a um estado de mistura (hibridismo) e relação entre os corpos, sejam eles humanos, animais ou cósmicos, lembrando inclusive da relação não dicotômica entre sociedade e a natureza. Não obstante, concebe os Agenciamentos Coletivos de Anunciação enquanto sistema de signos que “fixam atributos aos corpos para recortá-los, precipitá-los, retardá-los, etc.” (Haesbaert e Bruce, 2002, p. 7).

### **A Nova Des-ordem Mundial e o Período Popular da História**

Em Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006), as duas perspectivas se amalgamam para o diagnóstico de uma “Nova Des-ordem Mundial”, caracterizado por tensões entre os postulados territoriais modernos, uma instabilidade propulsora de práticas políticas que criam, ou re-ativam, espaços de luta antes desconsiderados. Renegado pela modernidade e seu legado de conceitos puros e dicotômicos (Latour, 1994; Santos, 1994), tais espaços de luta, compreendido em Porto-Gonçalves (2015) como “fronts”, denunciam a condição híbrida, contraditória e instável do território, constantemente naturalizado pelas fronteiras, físicas e epistemológicas, do Estado-mercado.

Ordem mundial que perdura desde a instituição dos preceitos iluministas de governança, a divisão do globo em Estado-Nações, com suas fronteiras rígidas e estáticas, têm se demonstrado em crise diante do poder adquirido por grandes empresas transnacionais na contemporaneidade (Porto-Gonçalves e Haesbaert, 2006). Detentor de inovações tecnológicas e do controle de fluxos de capitais, pessoas e ideias, os usos corporativos gozam de privilégios extremamente discrepantes ao se valerem dos territórios enquanto recursos (Santos e Silveira, 2001).

Uma nova ordem global se impõe em um contexto marcado pelo período técnico-científico-informacional, fase atual da globalização, onde os lugares são regidos verticalmente por usos escusos e forâneos do território (Santos e Silveira, 2001). De acordo com Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006), todo ordenamento indica um desordenamento de ordens pretéritas, por sua vez, justapostas em correlação de forças solidárias e contraditórias, afinal, “quando falamos de ordem espacial, estamos nos referindo ao espaço explicado pelo seu uso” (Santos e Silveira, 2001). Assim, simultaneamente à crise de uma ordem global

regimentada pela legitimidade do Estado-Nações, como bem tem demonstrado o imperativo de políticas neoliberais, outros usos do território, historicamente subalternizadas, insurgem enquanto dispositivos reguladores de uma ordem pela vida (Porto-Gonçalves e Haesbaert, 2006)

Para Santos (2000), a efetivação do período técnico-científico-informacional paradoxalmente catalisou o emergir de um período popular da história, momento em que história passa a ser guiada pelos homens e mulheres lentos do planeta, autênticos responsáveis pela manutenção de suas condições de existência, e que, portanto, oferecem alternativas que conduzem à transformação social a partir de uma ordem pela vida.

Pode-se arriscar um vaticínio e reconhecer, no conjunto do processo, o anúncio de um novo período histórico, substituto do atual período. Estaríamos na aurora de uma nova era, em que a população, isto é, as pessoas constituiriam sua principal preocupação, um verdadeiro período popular da história, já entremostrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda parte devidas à cultura e o território (Santos, 2000, p. 59):

São as particularizações sensíveis um aspecto chave para a compreensão das formações territoriais em um novo período paradoxal de ordenamento das relações socioespaciais, onde distintas instâncias se complexificam, de maneira inédita, o processo histórico das formações sociais. Assim, embora sua adjetivação econômico-social contribua com a compreensão das contradições físicas e epistemológicas universalmente impostas pelo sistema capitalista nos lugares, o território ressurge como alternativa crítica e propositiva fundamentada na luta pela existência de sujeitos e grupos sociais historicamente subalternizados pela modernidade. Trata-se de ações e ideias alternativas, já em curso, propositivas de uma ordem calcada na reprodução da vida em todas suas instâncias (econômica, cultural, política). Uma reação popular diante da instabilidade de seus quadros de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não podemos estabelecer uma linha histórica para a consolidação da formação territorial como categoria de análise, o que propomos com essa discussão é uma interpretação dos processos históricos do pensamento crítico que levaram à insurgência do giro territorial para a análise da realidade social. Ao investigar o caminho epistemológico para sua validação como categoria de análise, apontamos algumas reflexões que merecem ser destacadas.

Como aponta Sereni (2013), a falta de relevância analítica da formação socioeconômica invisibilizou todo um espectro de constituintes sociais e deu ao tempo o papel de sujeito da história. O elo do espaço/tempo articulado pela formação socioespacial (Santos, 1978) reivindicou a coação espacial na história da sociedade e

desencadeou diversas oportunidades epistemológicas para o diagnóstico crítico das formações sociais. Dentre elas, a operacionalização do território usado em trabalhos como Haesbaert (2021) e Porto-Gonçalves (2015) tem destacado sua potencialidade para pensar e atuar diante das desigualdades socioespaciais.

Diferente do recurso de adjetivações à categoria de formação social, como ocorre com a proposta econômico-social (Lênin apud Sereni, 2013), a formação socioespacial advoga por um espaço substantivo (Silveira, 2014), incorporando não apenas a dimensão econômica, mas todas as instâncias da vida social. Enquanto substantivo, a formação socioespacial fornece, concretamente, uma síntese da totalidade social expressada em unidades localizadas (Silveira, 2014). Reivindicado epistemologicamente e existencialmente pelos sujeitos e grupos sociais subalternizados, as singularidades dessas unidades se particularizam pelos usos do território, empenhados na regulação das continuidades e descontinuidades que o perpassam.

De certo, a formação territorial é um esforço de refinamento das análises sociais, que se deu principalmente pelas reivindicações políticas do sul global, com ênfase na América Latina. Embora distinto, seu método de análise é baseado na categoria de formação socioeconômica e socioespacial. Tal distinção está na concretude das relações entabuladas pela sociedade, cuja incorporação do território no léxico político popular potencializa sua conceituação como instrumento de transformação social, potência que, entre seus méritos, destaca-se a dissolução da dicotomia entre prática e teoria.

Contudo, a capacidade do território, enquanto categoria de análise, de teorizar sua amplitude de acepções no âmbito da prática política, exige da geografia um esgotante exercício epistemológico, de modo a evitar armadilhas teórico-metodológicas que acabam por esvaziar sua capacidade analítica. Trata-se de uma atenção com o caráter paradoxal do atual período histórico, onde a crítica ao legado conceitual de uma epistemológica moderna, pura e dicotômica, deva partir de proposições centradas no protagonismo dos sujeitos subalternizados na conformação de territórios pretéritos ou insurgentes.

Assim, na sentença “formação territorial”, a palavra forte consiste na “formação”, e não no território em si, como bem já destacava Santos (1994). É a ideia da formação, e a totalidade de usos que a conformam, recurso que permite agregar a categoria do território, os avanços epistemológicos da teoria crítica. Não obstante, nutrida por práticas políticas insurgentes, o território oferece aos estudos das formações, a aproximação com a concretude da realidade social por destacar, a partir de r-existências situadas, uma outra ordem espacial centrada na reprodução da vida em seu amplo sentido.

## REFERÊNCIAS

- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, 1964.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Companhia das Letras, 2021.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: Sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Editora 34, 1994.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Siglo xxi, 1993.
- MACHADO, T. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: Uma categoria geográfica para interpretar o Brasil?. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016.
- MAMIGONIAN, A. A geografia e “A formação como teoria e como método”. In: SOUZA, M. A. A (org.). **O mundo do cidadão, o cidadão do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996. pp. 198-206.
- MARX, K. **O Capital (Livro 1): crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2007.
- MENESES, M. Sul Global. In: Centro de Estudos Sociais (Org.) **Dicionário das Crises e das Alternativas**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 199-200.
- MORAES, A. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Editora Annablume, 2013.
- MORAES, A. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 1, p. 09-39, 2014.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, C. P. Pela vida, pela dignidade e pelo território. Um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Revista Latinoamericana Polis**, v. 41, p. 1-13, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. P.; HAESBAERT, R. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1978.
- SANTOS, M. O Retorno do Território. IN. SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec-ANPUR. 1994, pp.15-20.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. Uma ordem espacial: a economia política do território. **Revista Geoinova**, n. 3, p. 33-48, 2001.
- SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. **Revista de Geografia Meridiano**, n. 2, p. 297-346, 2013.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- SODRÉ, N. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SILVEIRA, M. Globalización y territorio usado: imperativos y solidaridades. **Cuadernos del CENDES**, v. 25, n. 69, p. 2-19, 2008.
- SILVEIRA, M. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. **Estudios socioterritoriales**, v. 16, p, 2014.